

# **A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO E A POLÍTICA INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Márcio Roberto Voigt<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este trabalho pretende discutir a contribuição da Análise dos Sistemas-Mundo no campo da epistemologia das Relações Internacionais. Esta área foi amplamente dominada pelo Realismo e o Liberalismo. Estas correntes mantêm até hoje ativa influência nos países desenvolvidos, em especial, nos EUA. A partir dos anos 70, com as obras de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, abriu-se a possibilidade de uma abordagem alternativa e contra-hegemônica às propostas realista e liberal. Este trabalho procura avaliar algumas destas contribuições, tais como a definição do campo de estudo das RI, o papel dos atores estatais e não estatais e principalmente o papel do capital internacionalizado no campo da Política Internacional.

**Palavras-Chave:** Teoria das RI; Análise dos Sistemas-Mundo; Política Internacional.

**Classificação JEL:** F59

## **1. INTRODUÇÃO**

A área de Relações Internacionais tem experimentado, desde os anos 90 do século XX, um crescimento exponencial no cenário acadêmico brasileiro.

---

<sup>1</sup> Professor de História das Relações Internacionais da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí – Centro de Ciências Humanas / Unidade São José) e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço: Rodovia SC 407, Km 4, Sertão do Maruim, CEP 88122-000, São José- SC - mrvoigt@univali.br ou mrvoigt@superig.com.br

Apesar disso, num primeiro momento, as obras de Relações Internacionais que se referiam especificamente às teorias das Relações Internacionais foram escassas. Em muitas, prevaleceu um perfil bastante conservador que identificou com a área apenas as abordagens teóricas mais conhecidas e tradicionais. Nesse sentido, a maioria dos trabalhos quando se referiu à temática optou por um campo de debate marcado apenas por duas tradições teóricas; o Realismo e o Idealismo Liberal.

Recentemente, com a ampliação, sofisticação e especialização das Relações Internacionais no Brasil, novos trabalhos e estudos têm avançado no campo das teorias das Relações Internacionais. Uma das principais conseqüências disso foi o reconhecimento da relevância de novas abordagens epistemológicas. Uma delas é a chamada Teoria dos Sistemas Mundo, uma das mais criativas e fecundas tradições de origem marxista no campo da Política Internacional.

Este trabalho pretende abordar alguns aspectos desta abordagem evidenciando principalmente suas diferenças com as teorias tradicionais. Com este propósito, o artigo foi dividido em quatro partes. Na primeira, trata-se da construção teórica do campo das Relações Internacionais como um projeto recente, definido especialmente na segunda metade do século XX. Na segunda parte, procura-se abordar de forma sucinta alguns dos principais fundamentos das teorias tradicionais; o Realismo Positivista e o Liberalismo. Na terceira parte pretende-se fazer uma breve observação crítica ao que se considera o caráter conservador e legitimador do “status quo” das abordagens tradicionais já referidas. Por fim, objetiva-se levantar e discutir algumas das principais contribuições da Teoria dos Sistemas Mundo no campo da Política Internacional.

## **2. A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONSTRUÇÃO DO CAMPO TEÓRICO**

A construção do campo de estudo das Relações Internacionais foi realizada durante o século XX. Apenas neste século, várias instituições acadêmicas estadunidenses, européias, latino-americanas e de outras regiões do mundo criaram cursos, disciplinas, projetos de estudos, que tornaram a área respeitada e reconhecida nos meios acadêmicos.

Por via de consequência, a elaboração teórica da área também foi um produto recente. Ao contrário de disciplinas mais antigas e tradicionais como a Economia, História, Geografia e Sociologia, apenas para citar algumas, não se pode falar em um campo epistemológico em RI antes do século XX (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p 58, JACKSON, 2004, p. 35-38).

Basicamente isto se deve a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar é forçoso reconhecer que o processo de formação do sistema mundial através da transformação da economia mundo capitalista em um sistema global completou-se apenas durante o século XX. Por outra parte, apenas no século XX, completou-se o processo de descolonização que formou um sistema inter-estatal global que atualmente gira em torno de 200 Estados. O estudo desta complexa realidade, suas instituições e inter-conexões exigiu um esforço teórico-conceitual que não podia ficar restrito às disciplinas do século XIX. Utilizando várias construções elaboradas em outras áreas e adaptando-as ao estudo das RI, surgiu, portanto, um campo autônomo e fecundo, que ainda se desenvolve e procura atingir maturidade.

No Brasil, o campo de estudo acadêmico das RI desenvolveu-se sobremaneira a partir da década de 90 do século XX, com a multiplicação de cursos de graduação e pós-graduação, centros de estudos, revistas científicas e projetos de pesquisa na área, apesar de várias iniciativas localizadas já ocorrerem desde os anos 70 em algumas instituições universitárias do país, como por exemplo, a UNB e a PUC-RJ.

Uma das características principais da formação da área de RI é sua forte tradição de vinculação ao mundo anglo-saxão. Boa parte dos principais estudiosos e teóricos das primeiras correntes epistemológicas da área estavam e ainda estão vinculados a instituições britânicas e estadunidenses (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 72-81). Neste último país, a derivação da área de RI tem uma íntima proximidade com a área de Ciência Política. Esta última, ciência rigorosa e analítica dos fenômenos que envolvem o Estado, partidos e instituições, forneceu vários fundamentos para o que muitos norte-americanos denominaram *World Politics*, ou Política Mundial ou Internacional. No Brasil, até hoje, esta herança ainda se faz presente com a aproximação do campo de estudo de muitos cientistas políticos com a área de Política Internacional.

Esta origem anglo-saxônica de muitos analistas somada ao caráter marcadamente empírico e técnico de muitas contribuições da Ciência Política,

parece ter conferido um certo instrumental teórico-conceitual bastante característico à área, que, na opinião do autor, produziram também uma visão conservadora e legitimadora do “status quo” e uma propensão à utilização de metodologias de caráter positivista. Cabe portanto, detalhar como esta tradição inspirou e produziu as duas principais correntes epistemológicas da área de RI no mundo anglo-saxão.

### **3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE O REALISMO POSITIVISTA E O LIBERALISMO CONSERVADOR**

As duas principais tradições teóricas no campo das RI, no mundo anglo-saxão, são o Realismo e o Liberalismo. Este último, em diversas oportunidades é também denominado Idealismo, em alusão ao chamado primeiro grande debate da área que envolveu Realistas e Idealistas acerca do caráter e das principais características do sistema internacional (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 62-69).

Na atualidade, este debate remete às novas gerações de teóricos que ao sofisticarem e ampliarem o campo de análise destas correntes travam um intenso confronto entre o que muitos qualificam de Neo-Realismo e Neo-Liberalismo.

O Realismo, a teoria predominante no universo acadêmico anglo-saxão, especialmente após a 2ª Guerra Mundial teve como seu principal fundador o pensador judeu-alemão, radicado nos EUA, Hans Morgenthau. Sua obra capital, “Política Entre as Nações. A Luta pelo Poder e pela Paz”, publicada pela primeira vez em 1948, foi considerada a obra fundamental para o estabelecimento dos pressupostos desta abordagem. Nela, o autor, que além de acadêmico, também foi funcionário do Departamento de Estado, e, portanto, articulador da política externa dos EUA durante a Guerra Fria, estabeleceu seus famosos seis princípios que definem a Política Internacional de acordo com uma visão realista. De forma simples estes pressupostos são: 1. A Política, assim como a sociedade, obedece a leis objetivas que estão assentadas na natureza humana; 2. A definição do conceito de interesse definido em termos de poder; 3. O interesse definido em termos de poder é uma categoria objetiva de validade universal; 4. A separação entre os preceitos morais e uma exitosa ação política; 5. A negação das aspirações morais de uma nação

com os preceitos morais que governam o universo e 6. O realismo mantém sua autonomia na esfera política (MORGENTHAU, 1986, p. 12-26).

O Realismo nasce, portanto, como uma tentativa de conferir objetividade e um instrumental teórico-conceitual à Política Internacional. Mais que isto, assegura que as Relações Internacionais seguem pressupostos universais que devem ser conhecidos e avaliados pelo homem de Estado e pelos acadêmicos.

Além de Morgenthau, vários outros autores como o historiador inglês Eduard Hallet Carr e o ex-secretário de Estado Henry Kissinger figuram como portadores de uma clara visão realista da Política Internacional. Este último aplicou em sua passagem pelo Departamento de Estado nos anos 70, uma clara ação pautada em posições realistas.

Na atualidade, muitos dos chamados neo-conservadores, que tem participado ativamente da construção da política externa dos EUA, compartilham claramente de uma visão Realista ou Neo-Realista da Política Internacional.

Durante os anos 70, o Realismo foi intensamente atacado no universo epistemológico estadunidense por autores liberais que ao estudarem os fenômenos de interdependência estrutural no sistema internacional, sugeriram que as clássicas teses realistas já não tinham mais a mesma capacidade de explicar o funcionamento do sistema.

A reação realista a este ataque não demorou e teve sua principal expressão nas obras do analista estadunidense Kenneth Waltz, que buscou com sua contribuição conferir maior rigor e cientificidade às teses realistas. Esta renovação do realismo recebeu também a denominação de Realismo estrutural e, em sua essência buscou aplicar métodos empíricos rigorosos derivados das ciências experimentais ao campo das RI (JACKSON e SORENSEN 2007, p. 123-129 e 321-325). E este é justamente o ponto que parece ser o mais relevante, pois parece encorajar claramente um aporte teórico-conceitual marcadamente positivista, relegando outras construções teóricas ao campo da especulação. Esta visão da área de RI assim como dos procedimentos científicos em geral parecem ser insuficientes e parciais para explicar a Política Internacional.

O Liberalismo ou Idealismo se quisermos usar a expressão mais antiga, remonta às teorias políticas e econômicas dos séculos XVIII e XIX. No campo das RI significou uma tentativa de contrapor o pessimismo realista

com um exagerado otimismo centrado na confiança do poder civilizatório e pacificador da liberdade de mercado, da democracia representativa tradicional, das instituições e do Direito Internacional. Seus melhores e mais conhecidos formuladores foram os também estadunidenses Robert Keohane e Joseph Nye, que em sua obra mais famosa, “Poder e Interdependência: A Política Internacional em Transição” de 1977, rivalizaram com Waltz, e balizaram o debate na área nas últimas décadas.

Após o final da Guerra Fria, o debate epistemológico no mundo anglo-saxão continuou intenso e vários autores de marcada influência liberal ganharam prestígio e influência nos meios acadêmicos através de um conjunto de teorias e abordagens, que de uma forma sucinta procuravam expor o novo cenário internacional como o espelho da “vitória” retumbante das teses liberais acerca do sistema internacional. O analista nipo-americano Francis Fukuyama tornou-se célebre com sua obra “O Fim História e o Último Homem”, de 1992, na qual claramente interpretava o cenário pós-Guerra Fria como representativo de uma nova ordem mundial centrada nos principais pressupostos da democracia liberal ocidental, em especial de sua vertente estadunidense (COX, 2004, p. 113-114).

O universo teórico liberal no campo das RI marcou amplamente muitas das instituições dos países desenvolvidos nos anos 90 e vários autores latino-americanos, um tanto fascinados com essas teses reproduziram fielmente abaixo da linha do Equador as otimistas (e irreais) assertivas liberais. Reflexo prático disso na América Latina foi a “onda” neoliberal que varreu a região durante boa parte dos anos 90, e marcou vários dos processos de ajuste de muitos países da região em consonância com as orientações teóricas dos autores neo-liberais do centro do sistema.

Basicamente os liberais acentuaram suas proposições em três grandes eixos. Em primeiro lugar difundiram a idéia de que a democracia representativa de corte liberal representava o único modelo político aceitável para o cenário mundial. Segundo esta tese, as democracias não são agressivas e a disseminação deste modelo político contribui decisivamente para a estabilidade e a paz mundial, reduzindo, portanto os problemas inerentes à anarquia do sistema internacional. A expansão da democracia, mesmo que pela força em alguns casos, tornou-se uma tese clara e difundida nos meios políticos e acadêmicos estadunidenses.

Um segundo elemento fundamental da abordagem liberal diz respeito ao papel civilizatório do mercado livre. Desde as teses já bastante antigas de teóricos liberais do passado, há uma confiança otimista quase irrestrita nos círculos liberais no papel dinamizador e promotor da prosperidade do livre mercado. Apoiados em séries estatísticas ou em pressupostos teóricos, muitos desses autores viram o ambiente internacional pós-Guerra Fria como uma nova era de ampliação irrestrita da economia mundial, já que tanto os regimes socialistas quanto os Estados capitalistas intervencionistas haviam mostrado sua incapacidade para gerar prosperidade e riqueza no sistema internacional. Nada mais natural do que antever para a nova ordem mundial a realização dos cenários mais favoráveis ao regime de livre empresa.

Por fim, outra importante convicção liberal centrava-se no papel estabilizador e harmonizador das instituições internacionais. As organizações internacionais livres das amarras do engessado sistema da Guerra Fria, espelhariam cada vez mais o sentimento de cooperação e estabilidade tão necessários ao progresso da Política Internacional. Esta convicção permeou as instituições já existentes desde o final da 2ª Guerra Mundial, assim como as novas instituições construídas recentemente e os principais processos de integração deflagrados nas últimas décadas (COX, 2004, p. 113-115).

Enfim, para Realistas e Liberais, Neo-Realistas e Neo-Liberais, o campo de debate da Política Internacional é complexo e amplo. Ambas as correntes apesar de suas claras divergências no mundo anglo-saxão convergem em vários aspectos e é isto que se pretende abordar no próximo item.

#### **4. AS TEORIAS TRADICIONAIS DAS RI E A MANUTENÇÃO DO “STATUS QUO” NO SISTEMA INTERNACIONAL**

Apesar dos flagrantes e intensos debates entre Realistas e Liberais, há também importantes convergências em suas argumentações, idéias e ações como formadores de opinião, e, em muitos casos, como importantes funcionários de Estados, instituições internacionais e corporações transnacionais.

Basicamente dois tipos de aproximações podem ser citadas. Em primeiro lugar, Realistas e Liberais representam em geral uma visão da Política Internacional legitimadora do “status quo”, ou seja, seus principais escritos e trabalhos são estritamente conservadores quanto tratam do sistema inter-

nacional, defendendo e estruturando argumentos que buscam demonstrar como o atual sistema internacional deve ser mantido e, em alguns casos, como deve ser parcialmente reestruturado. Não há qualquer abordagem Realista ou Liberal que proponha uma radical transformação nos valores e concepções que norteiam a Política Internacional atual. Sua posição é legitimadora e não transformadora.

Um segundo elemento de aproximação é que tanto Realistas quanto Liberais estão entre os principais quadros recrutados pelos Estados centrais, instituições internacionais e por corporações transnacionais. Os objetivos destes Estados e instituições representam obviamente um interesse articulado e coerente com uma ordem mundial que não deve ser substancialmente modificada, mas continuamente adaptada aos novos interesses destes Estados ou instituições. Neste sentido é imperioso reconhecer, por exemplo, que a oposição entre as duas correntes não esconde o fato de ambas coincidirem em sua clara defesa dos interesses hegemônicos do capital e dos Estados centrais do sistema internacional, assim como das principais instituições internacionais como por exemplo o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Estas caracterizações não são reconhecidas pelos principais arquitetos do *establishment*. Este tipo de “acusação” é obviamente negada por realistas e liberais, que rejeitam tacitamente sua vinculação com estes interesses. Os primeiros invocam o rigor dos métodos da ciência empírica que utilizam, para sugerir que sua visão não é tendenciosa ou parcial, mas sim um reflexo de uma metodologia avançada e isenta de “ideologias”. Seu tratamento da Política Internacional, segundo dizem, está comprometido com a objetividade de uma ciência cada vez mais rigorosa e científica. Os liberais, por sua vez, utilizando métodos por vezes semelhantes, justificam sua abordagem afirmando que sua visão é universal e não o reflexo da posição de alguns países e instituições. Afirmam de forma bastante insistente que os valores liberais não são o espelho das concepções de alguns países ou corporações, mas um patrimônio conceitual de toda a humanidade. Da mesma forma que se defendem desta “acusação” de parcialidade e conservadorismo, acusam tacitamente de autoritários, conservadores e retrógrados, todos aqueles que compartilham de visões acerca da Política Internacional que não estão pautados na democracia e no livre mercado.



Enfim, apesar das insistentes e obstinadas defesas de seus conceitos e idéias, é muito difícil deixar de concluir pela imensa aproximação e identidade entre as teorias Realista e Liberal e os atuais articuladores da Política Internacional. Isto não é uma coincidência, acidente ou escolha imparcial, mas uma clara vinculação entre os detentores do poder e os instrumentais teóricos que lhes servem de forma mais adequada ou subserviente.

## **5. A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO. UMA NOVA PROPOSTA DE COMPREENSÃO DA POLÍTICA INTERNACIONAL**

Para os propósitos deste trabalho é prudente evitar uma abordagem exaustiva e longa das diversas contribuições da Análise dos Sistemas-Mundo para a Política Internacional e centrar-se, portanto em alguns aspectos que parecem mais claros e marcantes na renovação que esta abordagem proporciona ao campo das RI. Neste sentido optou-se em primeiro lugar pela definição dos atores das RI e de seus respectivos papéis no sistema internacional, em seguida pela importante caracterização dos ciclos sistêmicos e das hegemonias na compreensão da Política Internacional e por fim na relevante contribuição sobre a relação entre capital e Estado na condução do sistema internacional.

Antes de detalhar estes três aspectos cabe fazer algumas considerações gerais acerca da origem dos principais autores e alguns conceitos fundamentais na construção da Análise dos Sistemas-Mundo. Esta orientação teve no sociólogo e analista estadunidense Immanuel Wallerstein seu principal formulador. Seu conjunto de obras procurou estabelecer uma abordagem alternativa às teorias realistas e liberais fortemente identificadas com o pensamento dos centros hegemônicos de poder.

Outro importante analista desta perspectiva teórica foi o italiano radicado nos EUA, e atualmente lecionando na Universidade *Johns Hopkins*, Giovanni Arrighi. Sua mais importante obra “O Longo Século XX”, é uma ambiciosa avaliação do Moderno Sistema Mundial, e, em especial da crise de hegemonia iniciada nos anos 1970.

Cabe, portanto, destacar alguns dos fundamentos desta abordagem. Em primeiro lugar, parece ser vital a compreensão do sentido que a expressão “sistema mundo” adquire nesta tradição teórica. Segundo Wallerstein:

Um sistema mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e freqüentemente tem sido, localizado numa área menor que o globo inteiro. Uma análise de sistemas mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria tais sistemas mundos<sup>2</sup>.

Para o autor há duas variedades de sistemas mundos no transcorrer da existência humana: impérios mundiais e economias mundo. A distinção entre estes dois modelos também é importante:

Um império mundial (tal como o Império romano, a dinastia Han na China) é uma grande estrutura burocrática com um único centro político e uma divisão de trabalho central, mas culturas múltiplas. Uma economia mundo é uma grande divisão central de trabalho com centros políticos múltiplos e culturas múltiplas<sup>3</sup>.

Para Wallerstein, portanto, as unidades de análise do sistema internacional não são os Estados, como na tradição realista, mas os sistemas mundos. No passado, vários destes coexistiram em diversas partes do globo e, apesar dos contatos, não criaram um único sistema com abrangência global. A outra distinção que o autor faz entre impérios mundiais e economias mundo, possui um elemento fundamental: enquanto os impérios mundiais como o romano, caracterizavam-se por um processo de centralização política, as economias mundo caracterizam-se justamente pelo contrário, ou seja múltiplos centros políticos em constante e complexa luta inter-estatal pela hegemonia do sistema. Para Wallerstein, o melhor exemplo de uma economia mundo foi, e ainda é, o chamado Moderno Sistema Mundial. Este teve suas origens no século XVI, na Europa, expandiu-se nos séculos seguintes, e abarcou todo o globo no século XX. Foi a primeira vez que um sistema mundo coincidiu

---

<sup>2</sup> A world-system is not the system of the world, but a system that is a world and that can be, most often has been, located in an área less than the entire globe. World-systems analysis argues that the unities of social reality within which we operate, whose rules constrain us, are for the most part such world-systems. WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis**. An Introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004. p. 98-99

<sup>3</sup> A world-empire (such as the Roman Empire, Han China) is a large bureaucratic structure with a single political center and an axial division of labor, but multiple cultures. A world-economy is a large axial division of labor with multiple political centers and multiple cultures. WALLERSTEIN, Immanuel. Op. Cit., p. 99.

com a totalidade do globo, sem em nenhum momento configurar um império mundial, já que os atores estatais jamais conseguiram construir uma unidade política que abarcasse todo o globo.

Além disso, para Wallerstein, outro elemento fundamental do Moderno Sistema Mundial é sua caracterização como uma economia mundo capitalista.

O mundo no qual nós estamos inseridos agora, ou seja, o sistema mundial moderno, teve suas origens no século dezesseis. Este sistema mundial foi então localizado em somente uma parte do globo, principalmente em regiões da Europa e das Américas. Ele se expandiu ao longo dos anos e atingiu todo o globo. É, e sempre foi, uma economia mundo. É, e sempre foi, uma economia mundo capitalista.<sup>4</sup>

Como foi referido pelo autor, o Moderno Sistema Mundial entendido como uma economia mundo capitalista possui múltiplos centros políticos, ou seja, diversas unidades políticas que disputam a hegemonia do sistema como um todo: os Estados.

Uma das grandes contribuições de Wallerstein foi, portanto, relacionar o sistema inter-estatal com as estruturas do capitalismo e seus processos de acumulação. Em oposição ao realismo cuja abordagem do sistema internacional é essencialmente estatocêntrica, o modelo de Wallerstein atribuiu à economia mundo capitalista um papel definidor da Política Internacional.

Para os propósitos da discussão aqui colocada, cabe destacar que o elemento fundamental da centralidade do Estado como ator no sistema internacional é justamente um dos alvos de inúmeras críticas de outras correntes. Nos casos de Wallerstein e Arrighi, esta crítica liga-se basicamente ao papel secundário que os realistas dão a outros atores, como por exemplo as corporações capitalistas no processo de articulação da Política Internacional. Esta crítica torna-se mais vigorosa, na medida em que após o final da Guerra Fria, a atuação cada vez mais agressiva do capital internacionalizado tem influído de maneira cada vez mais forte na “construção”

---

<sup>4</sup> The world in which we are now living, the modern world-system, had its origins in the sixteenth century. This world-system was then located in only a part of the globe, primarily in parts of Europe and the Américas. It expanded over time to cover the whole globe. It is and has always been a world-economy. It is and has always been a capitalist world-economy (WALLERSTEIN, Immanuel. Op. Cit., p. 23).

da agenda internacional de vários Estados, inclusive das grandes potências, e das organizações e agências internacionais.

Um segundo aspecto fundamental na perspectiva do sistema mundo é a definição de hegemonia e sua ligação com os chamados “ciclos sistêmicos de acumulação”. O sistema inter-estatal acaba por consagrar em cada fase de expansão do Moderno Sistema Mundial um quadro hegemônico particular.

Arrighi, em seu “O Longo Século XX”, trata justamente destas hegemônias do Moderno Sistema Mundial. Para ele o sistema capitalista passou por quatro ciclos sistêmicos de acumulação e expansão que tiveram suas respectivas hegemônias. Os quatro ciclos foram o genovês, o holandês, o britânico e o estadunidense. O último destes quatro ciclos marcou a expansão do Moderno Sistema Mundial durante boa parte do século XX, e, segundo o autor, entra em crise justamente nos anos 70 do século XX (ARRIGHI, 1996, p. 36-47).

A definição de hegemonia é também bastante precisa e surge de uma reflexão originada na tradição gramsciana. Para Arrighi, a hegemonia não é apenas dominação, mas também liderança.

A hegemonia, portanto, é mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é o poder adicional que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses do grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral (ARRIGHI, 1996, p. 36).

A origem desta reflexão está nos trabalhos do filósofo político italiano Antônio Gramsci e refere-se ao ambiente interno dos Estados. Para Arrighi, no entanto, a transposição desta avaliação para o sistema internacional é não só necessária como vital para compreender os mecanismos de reprodução dos processos de hegemonia no Moderno Sistema Mundial, assim como seus momentos de crise e mudança.

Arrighi não foi o único analista a empreender esta avaliação. Dentro do conjunto de obras de inspiração marxista que influenciaram a Teoria das Relações Internacionais, a melhor contribuição neste sentido foi a do canadense Robert W. Cox que dedicou boa parte de seus estudos a transpor conceitos e concepções gramscianas ao ambiente internacional. Segundo

Hobden, e Jones (2004, p. 230-232), Cox procurou sistematicamente expor como a construção de uma hegemonia baseada não apenas em coerção, mas em liderança e consenso é responsável pela “estabilidade” dos interesses da potência hegemônica do Moderno Sistema Mundial.

O exemplo mais citado por Cox é o do livre comércio. Ao analisar as hegemônias britânica e estadunidense, o autor procura demonstrar que a hegemonia destas não se baseou apenas em coerção e dominação, mas na sustentação de um elaborado discurso que identificava seus principais interesses com os da “sociedade internacional”, e gerou a compreensão, em muitos momentos amplamente aceita de que o livre comércio levaria ao benefício de todos os atores estatais do sistema internacional (HOB-DEN e JONES, 2004, p. 233).

Arrighi em sua avaliação dos quadros hegemônicos intrínsecos ao Moderno Sistema Mundial deriva desta reflexão sua compreensão das hegemônias. O desgaste das hegemônias não é, portanto, apenas um processo de desgaste das capacidades materiais do Estado hegemônico, mas da sua capacidade de liderar de forma consensual os valores do Moderno Sistema Mundial.

Por fim, o terceiro aspecto que parece ser mais representativo da abordagem de Wallerstein e Arrighi diz respeito à correlação entre Estado e capital na Política Internacional. O caráter elucidativo das observações de Wallerstein e Arrighi contrasta com as teses tradicionais de outras correntes. Na tradição Realista, por exemplo, o Estado age de forma objetiva buscando seus interesses que são definidos em termos de poder. Muitos realistas inclusive relegam a atuação econômica dos Estados e das corporações capitalistas a um plano secundário. A consagrada divisão entre *high politics* e *low politics* ilustra isso. Os assuntos fundamentais da política dos Estados figuram na primeira expressão e os temas econômicos e do capital no segundo. Para a maioria dos Realistas a ação do capital internacionalizado é apenas mais uma variável a ser considerada no estratégico jogo internacional dominado por Estados que agem exclusivamente em torno de seus interesses e poder (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 102-105).

No caso dos liberais, a oposição entre capital e Estado é uma ideologia que claramente oculta o eterno dilema liberal, ou seja, a necessidade de um Estado forte que garanta a propriedade e a ação do capital, e que, simultane-

amente não restrinja sua capacidade de ampliação dos lucros. A insistência liberal na diminuição das ações estatais não se sustenta historicamente no Moderno Sistema Mundial, onde os Estados capitalistas agiram claramente na condução de políticas favoráveis à segurança e ao incremento dos interesses do capital internacionalizado.

As contribuições de Wallerstein e Arrighi são, portanto, bastante importantes para compreender a correlação entre capital e Estado. Ambos os autores demonstram claramente através de diversos exemplos como os Estados capitalistas foram e são absolutamente necessários à expansão do capital. Nesse sentido cabe referir as diversas ações dos Estados em prol das suas corporações capitalistas. O protecionismo, os subsídios, as legislações sobre patentes, a flexibilização de direitos trabalhistas são alguns exemplos. Outra clara correlação entre capital e Estado diz respeito ao caráter oligopolista de diversos setores do capital, ou como se refere Wallerstein, “quase-monopólios”, algo que só pode ser garantido pela ação de Estados, que mesmo articulando um discurso de livre mercado, aplicam diversas restrições favoráveis ao processo de oligopolização que por sua vez, aumenta substancialmente os ganhos do capital (WALLERSTEIN, 2004, p. 72-73).

Outra avaliação de Wallerstein que demonstra bastante coerência com a íntima relação entre capital e Estado é o que este autor denomina “externalização dos custos”. Nesse processo o capital ávido por maximizar suas possibilidades de ganhos transfere ao Estado e a sociedade de uma maneira geral grandes e graves custos de sua ação na história. Wallerstein cita vários exemplos destas “externalizações”, mas um é bem claro e atual; diz respeito aos custos ambientais provenientes da ação predatória das corporações capitalistas (WALLERSTEIN, 2004, p 69-70). No passado este prejuízo não era considerado ou simplesmente visto como efeito colateral necessário do progresso. Hoje, em função das graves conseqüências ao meio ambiente, tal prática parece ser irresponsável e insustentável. O custo da recuperação do meio ambiente é alto e novamente o capital procura deslocar tal função ao Estado, apesar dos capitalistas serem os maiores beneficiados pelo longo processo de destruição já realizado. Para finalizar, Wallerstein garante que este tipo de “externalização” caracteriza o que denomina uma das “tendências seculares” que terá um efeito relevante na capacidade do capital de reproduzir sua eterna aspiração de acumulação infindável do capital, aspecto

este, que para Wallerstein define de forma fundamental o Moderno Sistema Mundial como uma economia mundo capitalista.

Enfim, a Análise dos Sistemas-Mundo possui uma abordagem que para os propósitos deste trabalho, parece ter uma avaliação mais completa e complexa do ambiente internacional e da Política Internacional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Internacional enquanto uma nova área de reconhecida importância entre as disciplinas científicas foi marcada em sua origem pela forte tradição positivista derivada de várias obras realistas e pelo conservadorismo liberal. Esta origem conferiu à área de Relações Internacionais um perfil bastante conservador e legitimador dos interesses dos países centrais do Moderno Sistema Mundial, assim como de suas instituições e corporações capitalistas.

O Brasil, país periférico e marcado pelas violentas contradições de uma Política Internacional comprometida com os centros hegemônicos de poder não pode apenas reproduzir em seus meios acadêmicos, as discussões teóricas herdadas do conservador mundo anglo-saxão das RI.

A Análise dos Sistemas-Mundo é uma das principais tendências teóricas desafiadoras no campo das RI. Este desafio não é apenas conceitual, mas comprometido com uma visão transformadora do sistema internacional e não apenas legitimadora do “status quo”. Sendo assim, buscou-se neste trabalho alinhar alguns aspectos, que parecem conduzir a uma proposta teoricamente mais consistente e politicamente mais coerente com a posição do Brasil no sistema internacional.

Em suma, a Análise dos Sistemas-Mundo contribuiu para uma melhor caracterização dos papéis dos atores estatais e não estatais no campo da Política Internacional; estabeleceu ciclos sistêmicos de larga duração e correlacionou-os aos quadros hegemônicos específicos e estabeleceu uma série de postulados e idéias acerca da ligação entre capital e Estado na condução das Relações Internacionais.

Esse estudo, portanto, procurou de forma sucinta e breve contribuir com alguns elementos desta importante abordagem para uma visão mais consistente e desafiadora do campo de estudos das teorias das Relações Internacionais.

## **THE WORLD-SYSTEMS ANALYSIS AND THE INTERNATIONAL POLITICS: AN ALTERNATIVE BOARDING OF THE THEORIES OF THE INTERNATIONAL RELATIONS**

### **Abstract**

This paper intends to discuss the contribution of the “world-system” analysis in the field of epistemology of International Relations. This field has been widely dominated by Realism and Liberalism. These mainstream approaches maintain active influence to developed countries, mainly the USA. Since the 1970s, the works of Immanuel Wallerstein and Giovanni Arrighi have opened the possibility of an alternative approach to dominant liberal and realistic ideas. In this paper, we intend to evaluate some of these contributions, such as the definition of the study field of IR, the role of state and non-state players and mainly the role of international capital to the field of international politics.

**Key-words:** Theory of IR; World-System Analysis; International politics.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001. 334 p.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**. Velhos e Novos Paradigmas. Brasília: IBRI, 2001. 315 p.

COX, Michael. Competing Visions of The Post-Cold War World. BAYLIS, John and SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics**. An introduction to International Relations. 3 ed., London: Oxford University Press, 2004, Part 1, Cap. 6, p. 113-118



DUNNE, Tim and SCHMIDT, Brian C. Realism. BAYLIS, John and SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics**. An Introduction to International Relations. 3 ed., London: Oxford University Press, 2004, Cap. 7, p. 165-171

GRIFFITHS, Martin. Immanuel Wallerstein. **50 Grandes Estrategistas das RI**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 360-367.

HOBDEN, Stephen e JONES, Richard Wyn. Marxist Theories of International Relations. BAYLIS, John and SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics**. An introduction to International Relations. 3 ed., London: Oxford University Press, 2004, Cap. 10, p. 225-249.

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

JACKSON, Robert H. The Evolution of the International Society. BAYLIS, John and SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics**. An introduction to International Relations. 3 ed., London: Oxford University Press, 2004, Cap. 2, p. 35-49.

MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre Las Naciones**. Buenos Aires: SRL, 1986.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O continente e a ilha: de Pierre Renouvin a Adam Watson. **Relações Internacionais. Dois Séculos de História**. Brasília: IBRI, 2001. V.1, cap. 1, seção 01, p. 18-25.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998. 246 p.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **World System Analysis**. An Introduction. London: Duke University, 2004. 109 p.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World System I.** Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Nova York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World System II.** Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy. (1600-1750). Nova York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World System III.** The Second Era of great Expansion of the Capitalist World-Economy. (1730-1840). Nova York: Academic Press, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O Declínio do Poder Americano.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O Fim do Mundo como o Conhecemos.** Ciência Social para o Século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.